



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 07 • 26/03 a 01/04/06 • ISSN1809-6182

## Resenhas

### **28/03/2006 – Eleições em Belarus geram protestos no país e repercussão internacional .....p.01**

O resultado das eleições presidenciais realizadas em Belarus, ex-república soviética, confirmou a vitória de Aleksandr Lukashenko que, com a obtenção de 83% dos votos, prepara-se para o exercício de seu 3º mandato consecutivo como presidente. Líderes da oposição, sociedade civil e outros países afirmam que as eleições ocorreram de forma fraudulenta e pedem a realização de novo pleito. Estados Unidos e membros da União Européia decidiram pela aplicação de sanções contra as autoridades.

### **30/03/2006 – Museveni é eleito Presidente na Uganda.....p.04**

Após mais de 20 anos sem eleições multipartidárias na Uganda, Yoweri Museveni conseguiu uma emenda constitucional, candidatou-se à presidência pelo terceiro mandato consecutivo, encarcerou seu principal concorrente e venceu as eleições.

### **31/03/2006 – Fórum Mundial da Água..... p.06**

O Fórum Mundial da Água e a divulgação do relatório da ONU sobre esta mesma problemática traz à tona diversos desafios para as próximas décadas.

### **31/03/2006 – Sonia Gandhi renuncia a cadeira do Parlamento Indiano .... p.09**

Sonia Gandhi renunciou à sua cadeira no Parlamento indiano, no dia 23 de março de 2006, após denúncia de acúmulo de cargos públicos, perpetrada pelo partido de oposição ao governo, Bharatiya Janata. Todavia a renúncia não a retira do governo uma vez que manterá seu cargo de líder do Partido do Congresso, além de conselheira do Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh.

---

# Eleições em Belarus geram protestos no país e repercussão internacional

---

Resenha  
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira  
28 de março de 2006

---

O resultado das eleições presidenciais realizadas em Belarus, ex-república soviética, confirmou a vitória de Aleksandr Lukashenko que, com a obtenção de 83% dos votos, prepara-se para o exercício de seu 3º mandato consecutivo como presidente. Líderes da oposição, sociedade civil e outros países afirmam que as eleições ocorreram de forma fraudulenta e pedem a realização de novo pleito. Estados Unidos e membros da União Européia decidiram pela aplicação de sanções contra as autoridades bielorrussas.

---

**A**s eleições presidenciais ocorridas em Belarus (antiga Bielo-Rússia), no dia 19 de março de 2006, concederam ao atual Presidente Aleksandr Lukashenko a vitória com 83% dos votos. O principal candidato de oposição, Aleksandr Milinkevitch, obteve 6% dos votos, enquanto Aleksandr Kazulin, também da oposição, alcançou 4,2% da preferência eleitoral.

Lukashenko encontra-se no poder presidencial desde 1994 e seu estilo autoritário de governar tem sido fonte de críticas de diversas autoridades do Ocidente, em especial européias e estadunidense. O controle excessivo sobre os meios de comunicação, sobre o poder judiciário e parlamentar<sup>1</sup> e a forte repressão aos membros da oposição conferem a Lukashenko a figura de "último ditador da Europa", como tem sido descrito pelo governo estadunidense. Todavia, o presidente conta com o apoio

de muitos bielorrussos que defendem sua política de estabilidade política e econômica, além de possuir forte ligação com o governo da Rússia.

Depois de aproximadamente 70 anos como república constituinte da União Soviética (URSS), Belarus obteve sua independência em 1991. Porém, mesmo com o fim da URSS e a sua independência, as relações entre esse país e a Rússia permaneceram bastante próximas, vindo a se reforçar em 1999, ano da assinatura de um acordo de integração política e econômica entre eles. Esse acordo, que ainda precisa avançar em inúmeras etapas, pretende consolidar uma profunda união entre os dois Estados.

Além da vizinha Rússia, o território de Belarus é limitado também pela Lituânia, Letônia, Polônia e Ucrânia. Sua população é estimada em 10.300 milhões de habitantes.

A vitória de Lukashenko, confirmada pela Comissão Eleitoral Central de Belarus, ocasionou uma forte onda de protestos na capital do país, Minsk. Descrito como anti-democrático e fraudulento, - a obtenção de 83% dos votos por Lukashenko é vista pela oposição como indício de

---

<sup>1</sup> Em 1996, Lukashenko dispensou o parlamento que pretendia estabelecer um processo de *impeachment* contra ele. Lukashenko tem aumentado também seu poder de controle sobre o judiciário.

---

manipulação dos votos - o processo eleitoral contou ainda com forte esquema de repressão por parte das autoridades do país. As campanhas eleitorais de oposição foram banidas pelo governo e inúmeras pessoas foram presas, antes mesmo do dia de votação, por não cumprirem as ordens estabelecidas. Além disso, observadores internacionais também tiveram sua atuação proibida durante a data das eleições, sendo acusados pelas autoridades de Belarus de tentarem interferir na política interna do país, apoiando candidatos de oposição.

Partidários do principal candidato da oposição, Milinkevich, e demais simpatizantes, em sua maioria jovens, começaram a se reunir no centro de Minsk, no mesmo dia das eleições, protestando contra os resultados previstos e exigindo a realização de novo pleito.

Cinco dias após a realização das eleições, no dia 24 de março, milhares de manifestantes foram detidos e reprimidos por policiais. Entre os detidos, ainda se encontram o candidato da oposição, Aleksandr Kazulin, 17 jornalistas (entre nacionais e estrangeiros) e o diplomata polonês, Mariusz Maszkiewicz. Apesar de terem sido dispersos em parte pelas autoridades policiais, muitos manifestantes, que se mantêm em protestos contínuos desde o dia 19 de março, preparam-se para novas mobilizações, incitando maior apoio da população.

Segundo Milinkevich, candidato derrotado nas eleições e um dos principais organizadores das manifestações contra Lukashenko, os manifestantes não protestam apenas pela fraude nas eleições, mas também pela forma autoritária de condução do atual governo.

Os Estados Unidos (EUA), a União Européia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) têm criticado duramente a forma de condução do processo eleitoral bielorusso e o conseqüente resultado das eleições que

deram nova vitória a Lukashenko. De acordo com o Folha OnLine, Scott McClellan, Porta-voz da Casa Branca, alegou, no dia 20 de março, que "os Estados Unidos não aceitam os resultados desta eleição. A campanha eleitoral transcorreu em um clima de medo, com detenções, violência e fraudes. Em cooperação com a UE estamos preparados para agir contra os responsáveis por fraudes eleitorais e abusos dos direitos humanos."

Além desses, a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que enviou observadores a Belarus para o monitoramento das eleições (apesar da proibição do governo do país), criticou duramente o resultado da votação, alegando cobertura propagandística da campanha eleitoral do governo, irregularidades na contagem das cédulas de votação e grande perseguição a representantes da oposição.

Lukashenko declarou, em sua 1ª aparição pública como presidente reeleito, que as eleições ocorreram de forma livre e justa, reafirmando o fracasso da revolução de oposição. O presidente bielorusso declarou ainda que qualquer um que se una aos manifestantes será tratado como terrorista.

Diante do cenário de grande perturbação social e política do país, a UE decidiu, no dia 24 de março, impor sanções contra as autoridades de Belarus. Após reunião ocorrida em Bruxelas, a Ministra austríaca das Relações Exteriores, Ursula Plassnik, declarou que a União Européia tomará medidas restritivas contra os responsáveis pela violação dos padrões eleitorais internacionais, entre eles, o presidente Lukashenko. Apesar de ainda não haver detalhamento quanto às sanções que serão impostas, fontes ligadas à UE afirmam que elas podem incluir congelamento de bens individuais e proibição da entrada de altos funcionários bielorrussos na UE. Os EUA também anunciaram seu compromisso de impor sanções a Belarus.

---

Esta decisão foi criticada por autoridades bielorrussas que ameaçaram responder a tais medidas.

Enquanto isso, autoridades do governo de Lukashenko anunciaram, no dia 28 de março, que a cerimônia oficial de posse presidencial que ocorreria no dia 31 do mesmo mês, será adiada, aproximadamente, para o mês de abril. Apesar de não alegarem que o adiamento se deva à agitação pública e à grande repercussão externa resultantes das eleições no país, é importante supor que tal medida reflita a incapacidade do governo de se estabilizar em um momento político caracterizado por profunda insatisfação popular e demasiadas críticas internacionais.

O atual cenário de Belarus oferece forte tendência a demais pressões nacionais e internacionais. O caráter declaradamente autoritário do governo de Lukashenko, a repressão às liberdades civis e políticas dos cidadãos e a forte aproximação entre o país e a vizinha Rússia, representam fatores que poderão gerar maior agravamento da crise, ampliando a atuação de outros países em relação à situação nacional.

A diretriz política bielorrussa desconforta as lideranças dos EUA e UE, dentre demais fatores, pela base autoritária desvinculada de uma ortodoxia neo-liberal de aproximação com os demais países do Ocidente. Além disso, outro fator que gera receio é a intensa aproximação entre Belarus e Rússia. Essa relação pode representar uma ameaça principalmente aos interesses políticos e econômicos estratégicos estadunidenses ao restringir sua esfera de influência sobre o Leste Europeu. Isto fomentaria a tentativa estadunidense de intimidar as autoridades bielorrussas, incitando, juntamente à UE, reformas liberais e democratizantes no país.

---

## Referência

---

### Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

Reuters.com

<http://www.reuters.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

World News

<http://www.wn.com>

---

# Museveni é eleito Presidente na Uganda

---

Resenha  
Segurança

Ana Flávia Lima Teles  
30 de março de 2006

---

**Após mais de 20 anos sem eleições multipartidárias na Uganda, Yoweri Museveni conseguiu uma emenda constitucional, candidatou-se à presidência pelo terceiro mandato consecutivo, encarcerou seu principal concorrente e venceu as eleições.**

---

O leste africano tem sido marcado por um momento político conturbado em diversos países, os quais têm se esforçando para consolidar sistemas democráticos emergentes após substituir lideranças ditatoriais. Na Tanzânia, no dia 31 de outubro de 2005, 09 pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas, quando as forças nacionais de segurança atearam fogo nas multidões que protestavam sobre o adiamento das eleições na ilha de Zanzibar. No Quênia, no dia 29 de outubro de 2005, 05 pessoas morreram e 44 ficaram feridas durante um protesto nas eleições de um referendo constitucional. Na Uganda não tem sido diferente.

A Uganda foi protetorado britânico de 1894 até janeiro de 1962, quando conseguiu autonomia interna. Em outubro do mesmo ano, conseguiu a independência, constituindo-se em República Federativa em 1963. Em fevereiro de 1966, o Presidente Mutesa II, que era rei de um dos Estados Federados, foi destituído, sendo elaborada uma nova constituição pela qual o país se converteu em República Unitária, ou seja, houve a centralização do poder constitucional em detrimento aos Estados quando da República Federativa.

Apollo Milton Obote, líder político que conduziu a Uganda para a independência, assumiu a presidência de 1966 até 1971. Em 1970, Yoweri Kaguta Museveni trabalhou para o serviço de inteligência do então Presidente Obote.

Em 1971, o General Idi Amin Dada promoveu um golpe militar no país, configurando-se no poder até 1979. Com o golpe de Estado, Museveni foi exilado para a Tanzânia, onde criou a Frente de Salvação Nacional (FRONASA). Em 1979, a FRONASA, com a ajuda das forças tanzanianas, retirou Idi Amin do poder e Uganda passou a ser governada por uma comissão presidencial até as eleições de 1980. Obote venceu as eleições.

Alegando que a vitória teria sido fraudulenta e, com ajuda do exército tanzaniano, foi travado um combate de mais de 05 anos e as tropas de Museveni tomaram a capital Kampala. Museveni foi proclamado presidente no dia 29 de janeiro de 1986.

Desde então, candidatos vêm sendo eleitos como indivíduos e não como integrantes de um partido político. Museveni impôs um sistema partidário único, o de seu grupo político, o





Movimento Nacional de Resistência (NRM, sigla em inglês).

Em 2005, foi aprovada por meio de um referendo, a reforma constitucional que permitiu a Museveni concorrer pela terceira vez às eleições presidenciais. Essa emenda deu origem a um corte nos donativos internacionais devido à insatisfação dos doadores pelas intenções de Museveni de criar meios para se postegar no poder.

Para ganhar as eleições presidenciais na Uganda, é requerido que o candidato consiga pelo menos a metade dos votos válidos. Caso contrário, deve haver segundo turno. Apesar da participação de outros três candidatos, a campanha e as eleições foram dominadas pela rivalidade entre Museveni e Kissa Besigye, um coronel reformado e ex-aliado político do presidente, de quem também foi médico.

Besigye foi acusado por Museveni de traição, terrorismo e violação eleitoral e foi encarcerado e liberado sob fiança em 2005. Segundo alguns analistas internacionais, as acusações seriam injustas. Museveni é acusado de comportamento despótico.

As eleições presidenciais de fevereiro de 2006 foram as primeiras eleições multipartidárias celebradas na Uganda em mais de 20 anos. Yoweri Museveni foi eleito para um terceiro mandato consecutivo, obtendo 59% dos votos e seu principal adversário, Besigye, obteve 37%.

Durante seus mandatos anteriores, Museveni decretou um programa de privatizações. A inflação passou de 300% em 1986 aos 5% atuais. E, apesar de um crescimento econômico de 6% ao ano, o país continua sendo muito pobre. Museveni realiza uma luta intensa contra a AIDS, mas sua imagem se deteriorou depois da invasão, por Uganda, da República Democrática do Congo (RDC) em 1998. Suas tropas se retiraram oficialmente em 2003, mas Campala continua se apropriando de recursos desse país, segundo a ONU.

Besigye prevê questionar os resultados na justiça, mas alega que as autoridades vêm tentando intimidá-lo. O Fórum pela Mudança Democrática (FDC), de Besigye, denunciou irregularidades no dia da votação, assim como na contagem dos votos.

A organização não governamental *Human Rights Watch* diz que o Exército de Uganda infringiu a lei, prejudicando a possibilidade de eleições livres e justas no país. A organização acusa o governo do país de intimidar a oposição, de desigualdade na distribuição dos fundos de campanha eleitoral e de influenciar a cobertura dos meios de comunicação. Alegam ainda que a campanha de Museveni foi marcada pela cultura do medo, uma vez que esta utilizava as lembranças dos crimes de Idi Amin para intimidar a população.

## Referência

### Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Folha on line

<http://www.folhaonline.com>

Inter Press Service News Agency

<http://www.ipsnoticias.net>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

---

# Fórum Mundial da Água

---

Resenha  
Desenvolvimento

Tiago Cerqueira Lazier  
31 de março de 2006

---

**O Fórum Mundial da Água e a divulgação do relatório da ONU sobre esta mesma problemática traz à tona diversos desafios para as próximas décadas.**

---

**D**os dias 16 a 22 de março de 2006, o México hospedou em sua capital o IV Fórum Mundial da Água, que contou com a participação das maiores companhias de água, grupos ambientalistas, autoridades locais, agências globais, banqueiros internacionais, acadêmicos e outros.

O Fórum teve como objetivo aumentar a consciência global sobre a problemática da água e, por meio da promoção do diálogo, influenciar as políticas públicas em todo mundo, com o intuito de garantir melhores condições de vida e comportamentos sociais mais responsáveis em relação a este recurso escasso. O principal tema deste quarto encontro foi: Ação Local para um Desafio Global.

O Fórum Mundial da Água, o principal evento internacional a se dedicar a este assunto, é organizado pelo Conselho Mundial da Água. Este organismo foi criado em 1996 por especialistas e organizações internacionais em resposta a uma crescente preocupação global com a questão da água. Tem como propósito facilitar a conservação, proteção, desenvolvimento, gerenciamento e o uso da água dentro de uma preocupação ecológica que preze também a eficiência.

O encerramento do fórum se deu no Dia Internacional da Água, comemoração estabelecida pela Organização das Nações

Unidas (ONU), que aproveitou a oportunidade para lançar oficialmente o segundo *World Water Development Report* (WWDR – em português: Relatório Mundial do Desenvolvimento da Água). Este já havia sido apresentado à mídia no dia 09 de março de 2006.

O WWDR representa um esforço de vinte e quatro agências da ONU e de outras entidades envolvidas no gerenciamento da água, que em conjunto são capazes de produzir uma avaliação didática dos recursos de água doce do planeta.

Segundo o Relatório, a má utilização e distribuição da água doce fazem com que 1/5 da população mundial não tenha acesso a fontes seguras de água potável e que 40% não possuam condições sanitárias mínimas, apontadas pelo Relatório.

Infelizmente, o cenário que vem se desenhando é ainda mais desolador. As maiores companhias de água estão diminuindo sua atuação nos países em desenvolvimento devido ao risco político.

As privatizações, que foram apontadas como a solução para a falta de acesso à água pelo Banco Mundial e pelo Grupo dos 8 (G-8), têm se mostrado insuficiente por vários motivos. Em muitos países, companhias multinacionais aumentaram o preço dos serviços. Devido aos protestos, muitas tiveram de sair do país de maneira forçada; outras preferiram sair de forma

---

voluntária. Muitas vezes, levando consigo o investimento necessário para melhorar o acesso à água.

Os únicos que tem se beneficiado das privatizações são aqueles que vivem em zonas urbanas bem desenvolvidas, as áreas pobres tem sido excluídas.

Os governos, apesar de serem responsáveis pelo provimento de 90% da água do planeta, sofreram forte pressão para privatizar as companhias que realizavam este tipo de serviço. Eles eram acusados de serem ineficientes devido ao excesso de burocracia e aos subsídios que impediam o governo de oferecer um serviço que fosse auto-sustentável.

No entanto, devido ao fracasso das privatizações nos países em desenvolvimento a presença do governo tem sido novamente vista como necessária no provimento de recursos básicos como a água. Uma das opções seriam as parcerias público-privadas, nas quais o governo mantém o controle sobre o serviço mas pode contar com a expertise e capacidade de investimento das empresas privadas.

Ademais, o Relatório afirma que a qualidade da água tem piorado e que o crescimento de grandes centros urbanos deve dificultar ainda mais a distribuição da água nas próximas décadas.

O Conselho Mundial da Água defende que as metas do milênio não vai ser alcançadas até 2015, no que tange ao acesso a água potável. Não existe nenhuma meta que se direcione a água, mesmo assim o cumprimento de diversas metas passa necessariamente pelo acesso a este recurso. Como por exemplo à meta número 3 - reduzir mortalidade infantil.

Para que o cumprimento das metas do milênio fosse possível, segundo o conselho seria necessário duplicar os fundos internacionais para fomentar o acesso à água. Mais importante, seria redirecionar os fluxos de ajuda que na sua grande maioria não tem chegado aos países mais pobres.

Além desses desafios, o crescimento da população nas próximas décadas representará uma necessidade de crescimento da produção de comida na ordem de 55%, sendo que 70% da água doce usada pelos humanos são para a agricultura. Dessa forma, a diminuição do desperdício e a melhor coordenação global para o gerenciamento da água foram colocadas como primordial no relatório, para que assim seja possível atender a um crescimento da demanda por água que foi duas vezes maior que a população no ultimo século.

O Fórum Mundial da Água e WWDR colocam na mídia esta problemática, em um momento no qual o Reino Unido é atingido por uma seca de grandes proporções, deixando claro o potencial desestabilizador desse problema. Estima-se que dez milhões de pessoas sofrem algum tipo de restrição com relação à água neste país, cujo efeito irá se refletir na fauna, na flora, nos rios e mesmo em eventos esportivos.

Como bem coloca Laura Keating, do *Global Strategy Institute*, a problemática da água se reflete em questões desestabilizadoras da ordem internacional, além de um ímpeto moral que clama os países a avançarem na solução desse problema, e por isso digno de ser colocado como prioridade dos formuladores de política externa dos países desenvolvidos.



---

## Referência

---

### Sites:

Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

CSIS

<http://www.csis.org>

ONU

<http://www.un.org>

UNESCO

<http://www.unesco.org>

IISD

<http://www.iisd.ca>

World Water Fórum

<http://www.worldwaterforum.org>

---

# Sonia Gandhi renuncia a cadeira do Parlamento Indiano

---

Resenha  
Segurança

Carolina Dantas Nogueira  
31 de março de 2006

---

**Sonia Gandhi renunciou à sua cadeira no Parlamento indiano, no dia 23 de março de 2006, após denúncia de acúmulo de cargos públicos, perpetrada pelo partido de oposição ao governo, Bharatiya Janata. Todavia a renúncia não a retira do governo uma vez que manterá seu cargo de líder do Partido do Congresso, além de conselheira do Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh.**

---

**D**e acordo com a Constituição indiana, um membro do Parlamento não pode ocupar outro cargo público. Contudo, na prática, esta regra não se aplica. Isto ficou evidente com o fato de Sonia Gandhi ter renunciado à sua cadeira no Parlamento daquele país após denúncia do partido de oposição de que ela ocupava, concomitantemente, a Presidência do Conselho Assessor Nacional<sup>1</sup>.

Sonia Gandhi nasceu na Lusiana, Itália, em 09 de dezembro de 1946. Filha de Stefano Maino e Paola Maino, passou a adolescência em Orbassano, perto de Turim. Estudou em Cambridge e enquanto freqüentava um curso de inglês nessa cidade, conheceu Rajiv Gandhi, que mais tarde se tornaria Primeiro Ministro da Índia. Se casaram em 1968 quando Sonia mudou-se definitivamente para Índia.

Atual líder do Partido do Governo, Sonia Gandhi havia abdicado, em 2004, do cargo de primeira ministra após ter levado seu

partido à vitória, encerrando um período de controle do partido nacionalista hindu, Bharatiya Janata Party (BJP). [ver [O novo governo indiano: a recusa de Sonia Gandhi ao posto de primeira ministra](#) ] Desde então, ocupava o cargo de Presidente do Conselho Assessor Nacional, além de uma cadeira na Câmara Baixa do Parlamento, Lok Sabha.

Sua renúncia, anunciada no dia 23 de março de 2006, veio após a denúncia de acúmulo de cargos públicos perpetrada pelo BJP. Além de deixar o Parlamento, Sonia Gandhi deixará, também, o Conselho Assessor Nacional.

Todavia, Sonia Gandhi não deixará a política uma vez que permanecerá como líder do Partido e como conselheira informal do atual Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh, o que lhe permitirá traçar estratégias políticas com o mesmo.

Alguns analistas acreditam ter sido esta denúncia uma resposta do BJP ao Partido do Congresso, que havia pedido a renúncia da senadora do BJP, Jaya Bachchan, pelo mesmo motivo mês passado. Esposa do famoso ator indiano, Amitabh Bachchan, a senadora não poderia fazer política e usar o serviço

---

<sup>1</sup> O Conselho Assessor Nacional presta serviços de consultoria ao Partido do Governo e governantes em política.

público para seu trabalho como empresária do meio artístico. O que não foi previsto pelo Partido do Governo é que esta manobra poderia atingir seu maior ícone político.

Quando Sonia Gandhi abdicou do cargo de Primeira Ministra em 2004, alegou que seu objetivo político desde 1998 era reavivar seu partido e retirar do poder o BJP. Com esta atitude, analistas afirmaram na época que Gandhi minou qualquer possibilidade do BJP vir a criticar o governo de seu partido, uma vez que sua nacionalidade italiana poderia colocar em discussão o governo do mesmo.

Em declaração à imprensa, Sonia Gandhi afirmou que a renúncia à sua cadeira na Câmara Baixa era o correto a se fazer e que voltará ao Parlamento nas próximas eleições. Ela voltará a se candidatar ao parlamento indiano pela circunscrição rural de Rae Bareilly em Uttar Pradesh, no norte da Índia, por ser o reduto tradicional dos Gandhi e pelo qual foi deputada em 1999.

Em 2004 foi apontada como a terceira mulher mais poderosa do mundo pela Revista Forbes e analistas afirmam que, ainda hoje o é, e na prática, haverá pouca mudança, uma vez que grande parte da influência da política é informal e a população a vê como o poder por trás do primeiro ministro.

Além de Sonia, uma lista divulgada pela imprensa indiana mostra que outros 40 parlamentares estariam na mesma situação irregular, mas ressaltou-se que o cargo de Sonia de Presidente do Conselho Assessor Nacional não era remunerado, não estando, portanto, infringindo a Constituição.

Embora ela não recebesse salário por seu cargo no Conselho Assessor Nacional, os opositores alegaram a quebra da lei e até como forma de proteção de seu partido, Sonia decidiu sair. Analistas afirmam que com isso Sonia conseguiu manter o nome da família intacto além de soerguer o partido que em algumas semanas

competirá em novas eleições em 5 regiões do país.

## Referência

### Sites:

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Terra Notícias

<http://www.terra.com.br/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Wikipedia

<http://pt.wikipedia.org>

### Ver também:

27/04/2004 - [O novo governo indiano: a recusa de Sonia Gandhi ao posto de primeira ministra](#)

---

## Conjuntura**Internacional**

**Pontifícia Universidade Católica – MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### **Conjuntura Internacional**

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

